



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 1ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810390

Processo nº **0045241-33.2018.8.17.2001**

AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DESPACHO

A experiência forense demonstra ser inócua, em processos desta natureza, a realização da audiência de que trata o art. 334, CPC, antes de realizada a perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora.

Assim, nomeio para realização da prova técnica o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648.

Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Líder, mediante depósito judicial, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE.

Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte, em data a ser designada pela Diretoria Cível, providência cujo cumprimento desde já determino.

Intimações necessárias.

RECIFE, 21 de setembro de 2018

Rogério Lins e Silva

Juiz(a) de Direito em exercício



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, em face do despacho de ID 35805142, retifiquei os dados do processo visando à intimação do perito nomeado, Dr. Oyama Arruda Jr., para que o mesmo fique ciente de sua nomeação e indique data para realização da perícia. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 26 de setembro de 2018.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do despacho de ID 35805142, proferido nos autos do processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001 da Seção A da 1ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA contra RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito e para **indicar data para a realização da perícia**, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do Despacho que segue transcrito abaixo:

“A experiência forense demonstra ser inócua, em processos desta natureza, a realização da audiência de que trata o art. 334, CPC, antes de realizada a perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora. Assim, nomeio para realização da prova técnica o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648. Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Lider, mediante depósito judicial, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE. Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte, em data a ser designada pela Diretoria Cível, providência cujo cumprimento desde já determino. Intimações necessárias. RECIFE, 21 de setembro de 2018 Rogério Lins e Silva Juiz(a) de Direito em exercício”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 26 de setembro de 2018.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau





MM. DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-PE

Proc. nº: 0045241-33.2018.8.17.2001 – Seção A

DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, **casado**, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 092.805.514-00 e portador do RG sob o nº 8.035.574 SDS/PE, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.820-000, vem, por meio de suas advogadas, *in fine* firmadas, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional à R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE, CEP: 56.780-000, e endereço eletrônico: Catarina.arthemens@c-advogados.com, perante V.Exa., **CHAMAR O FEITO À ORDEM e expor** e requerer o que segue:

I. DA DESCONSTITUIÇÃO DA CAUSÍDICA HABILITADA. NÃO AUTORIZAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA PRESENTE AÇÃO



Inicialmente cumpre salientar que a presente ação só fora distribuída sem comunicar ao Autor se o mesmo queria a sua distribuição pela advogada que distribuiu o feito.

Ocorre que o Requerente procurou a advogada, Sra. Roselane Maria Barbosa da Silva, através de sua representante na cidade de Afogados da Ingazeira-PE. Nesta oportunidade, foi distribuído procedimento administrativo de indenização de DPVAT, sob número de **sinistro 3150961444**, por meio de procuração com data **10/09/2016**.

Um bom tempo se passou sem que o Autor fosse comunicado sobre nada do andamento processual. Toda vez que procurava a representante da advogada, era informado de que o processo estava em análise... e isso durou até o dia 07/09/2018.

Inconformado com a demora, o Autor foi pedir a representante da advogada devolvesse a documentação do Autor, visto que não possuía mais o interesse em permanecer com a mesma advogada.

Para a surpresa do Autor, tal pedido fora negado.

Inconformado e buscando seus direitos, o Autor procurou esta advogada que ora subscreeve, e ao pesquisar, foi verificado que o seu processo administrativo fora extinto por falta de diligência, conforme se depreende no documento em anexo (**doc.01**).

Em momento algum o autor foi informado ou lhe foi solicitado documento algum.

Verifica-se que somente no dia 07/09/2018, foi que a presente ação fora distribuída, quando o Autor bastante inconformado manifestou interesse em não mais continuar com a advogada que havia outorgado poderes no ano de 2016.

Salta aos olhos aquela advogada ter distribuído o processo na comarca do Recife, comarca de sua residência, visto que o **autor NUNCA residiu e nunca possuiu domicílio na comarca do Recife, possuindo residência atual há anos na comarca de Carnaíba, conforme se verifica através do comprovante de residência em anexo (doc.02).**



O Autor reside no endereço indicado nesta petição, qual seja, **Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.820-000. E, portanto, jamais deveria a presente ação ser distribuída nesta comarca, razão pela qual requer que seja declinada a competência para a comarca de Carnaíba-PE, com a imediata redistribuição para aquela cidade, em razão de incompetência de foro.**

Ademais, a fim de se resguardar dos seus direitos, o Autor desconstituiu a advogada a que tinha outorgado poderes, no ano de 2016, cuja procuração consta nos autos (ID 35295787), enviou notificação extrajudicial de revogação de poderes **(doc.03)**, cujo comprovante de envio segue em anexo **(doc.04)**, bem como o seu comprovante de entrega **(doc.05)**.

Informa ao douto juízo que assim que o Aviso de recebimento for devolvido pelos correios, o Autor se compromete de juntar neste processo, apenas para se resguardar para todos os fins de direito, no entanto, até lá já comprova a devida entrega da notificação supra referida, nos documentos acima indicados.

II. DA HABILITAÇÃO, DESCONSTITUIÇÃO, INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Por todo o exposto, juntamente com todos os documentos acostados ao presente processo, vem requerer a desconstituição da patrona, Roselane Maria Barbosa da Silva – OAB/PE26.467.

Nesta oportunidade, requer a habilitação das atuais advogadas: CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974 e LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE – OAB/PE 35.974, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo (doc.06).

Requer, ainda, que todas as notificações, publicações/intimações, sejam realizadas em nome da atual advogada, **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974**, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados.



III. DA INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. FORO COMPETENTE: COMARCA DE CARNAÍBA-PE

Pelo exposto, apesar do autor não ter autorizado a advogada a ter distribuído a presente ação, somente à luz dos princípios da economia e celeridade processual, o Requerente manifesta interesse no prosseguimento da presente ação, porém que esta tramite na comarca de Carnaíba-PE, uma vez que não possui condições financeiras de se deslocar até a capital do estado para resolver as devidas questões processuais.

IV. PRELIMINAR: DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requerer a Vossa Excelência os benefícios da gratuidade da justiça, por não dispor de condições de arcar com as custas do processo, sem comprometer seu orçamento doméstico, conforme declaração de pobreza anexada aos autos, nos termos do art. 98, NCPC e legislação específica (doc. 06).

Ressalte-se que o benefício da gratuidade da justiça é direito conferido a quem não tem recursos financeiros de obter a prestação jurisdicional do Estado, para arcar com os ônus processuais correspondentes, sem que comprometa o seu orçamento familiar.

O benefício se trata de mais uma manifestação do princípio da isonomia ou igualdade jurídica (CF, Art. 5º, caput), pelo qual todos devem receber o mesmo tratamento perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Tal princípio é complementado por vários itens do artigo supra: XXXIV, LXXIV, LXXVI e LXXVII.

A jurisprudência pátria é farta e unânime quanto ao conceito jurídico de pobreza e as circunstâncias que a envolvem. Pede vênha o Autor para transcrever algumas ementas de acórdãos pertinentes à matéria:



Não é o quantum percebido, considerado isoladamente, que define a necessidade da justiça gratuita, e sim um conjunto de circunstâncias. Assim, o fato de receber o requerente remuneração acima de dois salários mínimos não constitui empecilho à concessão do benefício quando demonstrado o seu estado de necessidade econômica. (Ap. 69.804, 19.6.86, 3ª CC TJMG, Rel. Des. RUBEM MIRANDA, in RT 615/180).

MANDADO DE SEGURANÇA - Justiça Gratuita - Advogado escolhido pela parte - Existência de Defensoria Pública - Irrelevância - Concessão do "mandamus". O gozo dos benefícios da Justiça Gratuita, pelos que dela necessitam, ou provarem ser dela merecedores, é direito constitucionalmente assegurado pela Carta Magna, constituindo sua negação em inadmissível violação ao preceito maior. (Mandado de Segurança nº 97.000423-5 (TJPB) - Relator: O Exmo. Dr. Marcos William de Oliveira (Juiz convocado) - Julgado em 24.04.97 - Órgão julgador: Câmara Criminal).

Destarte, requer o Autor que Vossa Excelência defira o presente pedido de gratuidade, com base e fundamento nas normas legais acima elencadas, reclamando esta, com base na Lei n.º 1.060/50 e na forma da Lei n.º 7.115/93, bem como pelo art. 98, NCPC, de modo a viabilizar o acesso à justiça através do advogado.

V. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer ao douto juízo que se digne a:

- a) Conceder os benefícios da Assistência Judiciária, com base na Lei nº 1.060/50, por se declarar incapaz de custear as despesas processuais sem prejuízo a seu sustento e ao de sua família;
- b) Pelos fatos e fundamentos devidamente comprovados, vem requerer a desconstituição da patrona, Roselane Maria Barbosa da Silva – OAB/PE26.467;



- c) Requer a **habilitação** das atuais advogadas: **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974** e **LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE – OAB/PE 35.974**, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo (doc.06);
- d) Requer que seja reconhecida a incompetência territorial do presente feito, oportunidade em que, requer a sua redistribuição para a comarca de Carnaíba-PE, conforme fundamentação acima aduzida e devidamente comprovada;
- e) Requer a continuidade do feito, uma vez que o Autor manifesta interesse no prosseguimento da ação, porém na comarca onde reside e possui domicílio, qual seja, comarca de Carnaíba, por não ter condições financeiras de arcar com os custos de deslocamento para a capital deste estado;
- f) Requer a retificação dos dados cadastrais neste processo, no PJE, com a alteração das advogadas devidamente constituídas, a fim de evitar nulidades processuais;
- g) Requer, ainda, que todas as notificações, publicações/intimações, sejam realizadas em nome da atual advogada, **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974**, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados.

Em tempo, declaro, para os devidos fins de direito, que todos os documentos anexos da presente peça processual são autênticos e conferem com os originais, o que faço sob minha responsabilidade.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Afogados da Ingazeira, 03 de Outubro de 2018.



**CATARINA ARTHEMENS S. CARVALHO
ANDRADE**

OAB/PE 35.974

LUANA CECÍLIA SANTOS

OAB/PE 36.119

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, lj. 04, Centro, Carinaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.

PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





MM. DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-PE

Proc. nº: 0045241-33.2018.8.17.2001 - Seção A

DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, **casado**, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 092.805.514-00 e portador do RG sob o nº 8.035.574 SDS/PE, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.820-000, vem, por meio de suas advogadas, *in fine* firmadas, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional à R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE, CEP: 56.780-000, e endereço eletrônico: Catarina.arthemens@c-advogados.com, perante V.Exa., **CHAMAR O FEITO À ORDEM e expor e requerer o que segue:**

I. DA DESCONSTITUIÇÃO DA CAUSÍDICA HABILITADA. NÃO AUTORIZAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA PRESENTE AÇÃO

Inicialmente cumpre salientar que a presente ação só fora distribuída sem comunicar ao Autor se o mesmo queria a sua distribuição pela advogada que distribuiu o feito.

Ocorre que o Requerente procurou a advogada, Sra. Roselane Maria Barbosa da Silva, através de sua representante na cidade de Afogados da Ingazeira-PE. Nesta oportunidade, foi distribuído procedimento administrativo de indenização de DPVAT, sob número de sinistro **3150961444**, por meio de procuração com data 10/09/2016.

Um bom tempo se passou sem que o Autor fosse comunicado sobre nada do andamento processual. Toda vez que procurava a representante da advogada, era informado de que o processo estava em análise... e isso durou até o dia 07/09/2018.

1

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Ij. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.
PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





Inconformado com a demora, o Autor foi pedir a representante da advogada devolvesse a documentação do Autor, visto que não possuía mais o interesse em permanecer com a mesma advogada.

Para a surpresa do Autor, tal pedido fora negado.

Inconformado e buscando seus direitos, o Autor procurou esta advogada que ora subscreve, e ao pesquisar, foi verificado que o seu processo administrativo fora extinto por falta de diligência, conforme se depreende no documento em anexo **(doc.01)**.

Em momento algum o autor foi informado ou lhe foi solicitado documento algum.

Verifica-se que somente no dia 07/09/2018, foi que a presente ação fora distribuída, quando o Autor bastante inconformado manifestou interesse em não mais continuar com a advogada que havia outorgado poderes no ano de 2016.

Salta aos olhos aquela advogada ter distribuído o processo na comarca do Recife, comarca de sua residência, visto que o autor **NUNCA** residiu e nunca possuiu domicílio na comarca do Recife, possuindo residência atual há anos na comarca de Carnaíba, conforme se verifica através do comprovante de residência em anexo **(doc.02)**.

O Autor reside no endereço indicado nesta petição, qual seja, Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.820-000. E, portanto, jamais deveria a presente ação ser distribuída nesta comarca, razão pela qual requer que seja declinada a competência para a comarca de Carnaíba-PE, com a imediata redistribuição para aquela cidade, em razão de incompetência de foro.

Ademais, a fim de se resguardar dos seus direitos, o Autor desconstituiu a advogada a que tinha outorgado poderes, no ano de 2016, cuja procuração consta nos autos (ID 35295787), enviou notificação extrajudicial de revogação de poderes **(doc.03)**, cujo comprovante de envio segue em anexo **(doc.04)**, bem como o seu comprovante de entrega **(doc.05)**.

Informa ao douto juízo que assim que o Aviso de recebimento for devolvido pelos correios, o Autor se compromete de juntar neste processo, apenas para se resguardar para todos os fins de

2

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Ij. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.
PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





direito, no entanto, até lá já comprova a devida entrega da notificação supra referida, nos documentos acima indicados.

II. DA HABILITAÇÃO, DESCONSTITUIÇÃO, INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Por todo o exposto, juntamente com todos os documentos acostados ao presente processo, vem requerer a desconstituição da patrona, Roselane Maria Barbosa da Silva – OAB/PE26.467.

Nesta oportunidade, requer a habilitação das atuais advogadas: CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974 e LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE – OAB/PE 35.974, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo **(doc.06)**.

Requer, ainda, que todas as notificações, publicações/intimações, sejam realizadas em nome da atual advogada, **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974**, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados.

III. DA INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. FORO COMPETENTE: COMARCA DE CARNAÍBA-PE

Pelo exposto, apesar do autor não ter autorizado a advogada a ter distribuído a presente ação, somente à luz dos princípios da economia e celeridade processual, o Requerente manifesta interesse no prosseguimento da presente ação, porém que esta tramite na comarca de Carnaíba-PE, uma vez que não possui condições financeiras de se deslocar até a capital do estado para resolver as devidas questões processuais.

IV. PRELIMINAR: DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requerer a Vossa Excelência os benefícios da gratuidade da justiça, por não dispor de condições de arcar com as custas do processo, sem comprometer seu orçamento doméstico, conforme declaração de pobreza anexada aos autos, nos termos do art. 98, NCPC e legislação específica **(doc. 06)**.

3

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Ij. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.
PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





Ressalte-se que o benefício da gratuidade da justiça é direito conferido a quem não tem recursos financeiros de obter a prestação jurisdicional do Estado, para arcar com os ônus processuais correspondentes, sem que comprometa o seu orçamento familiar.

O benefício se trata de mais uma manifestação do princípio da isonomia ou igualdade jurídica (CF, Art. 5º, caput), pelo qual todos devem receber o mesmo tratamento perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Tal princípio é complementado por vários itens do artigo supra: XXXIV, LXXIV, LXXVI e LXXVII.

A jurisprudência pátria é farta e unânime quanto ao conceito jurídico de pobreza e as circunstâncias que a envolvem. Pede vênica o Autor para transcrever algumas ementas de acórdãos pertinentes à matéria:

Não é o quantum percebido, considerado isoladamente, que define a necessidade da justiça gratuita, e sim um conjunto de circunstâncias. Assim, o fato de receber o requerente remuneração acima de dois salários mínimos não constitui empecilho à concessão do benefício quando demonstrado o seu estado de necessidade econômica. (Ap. 69.804, 19.6.86, 3ª CC TJMG, Rel. Des. RUBEM MIRANDA, in RT 615/180).

MANDADO DE SEGURANÇA - Justiça Gratuita - Advogado escolhido pela parte - Existência de Defensoria Pública - Irrelevância - Concessão do "mandamus". O gozo dos benefícios da Justiça Gratuita, pelos que dela necessitam, ou provarem ser dela merecedores, é direito constitucionalmente assegurado pela Carta Magna, constituindo sua negação em inadmissível violação ao preceito maior. (Mandado de Segurança nº 97.000423-5 (TJPB) - Relator: O Exmo. Dr. Marcos William de Oliveira (Juiz convocado) - Julgado em 24.04.97 - Órgão julgador: Câmara Criminal).

Destarte, requer o Autor que Vossa Excelência defira o presente pedido de gratuidade, com base e fundamento nas normas legais acima elencadas, reclamando esta, com base na Lei n.º 1.060/50 e na forma da Lei n.º 7.115/93, bem como pelo art. 98, NCPC, de modo a viabilizar o acesso à justiça através do advogado.

4

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Ij. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.
PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





V. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer ao douto juízo que se digne a:

- a) Conceder os benefícios da Assistência Judiciária, com base na Lei nº 1.060/50, por se declarar incapaz de custear as despesas processuais sem prejuízo a seu sustento e ao de sua família;
- b) Pelos fatos e fundamentos devidamente comprovados, vem requerer a desconstituição da patrona, Roselane Maria Barbosa da Silva – OAB/PE26.467;
- c) Requer a **habilitação** das atuais advogadas: **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974** e **LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE – OAB/PE 35.974**, devidamente constituídas através do instrumento procuratório em anexo **(doc.06)**;
- d) Requer que seja reconhecida a incompetência territorial do presente feito, oportunidade em que, requer a sua redistribuição para a comarca de Carnaíba-PE, conforme fundamentação acima aduzida e devidamente comprovada;
- e) Requer a continuidade do feito, uma vez que o Autor manifesta interesse no prosseguimento da ação, porém na comarca onde reside e possui domicílio, qual seja, comarca de Carnaíba, por não ter condições financeiras de arcar com os custos de deslocamento para a capital deste estado;
- f) Requer a retificação dos dados cadastrais neste processo, no PJE, com a alteração das advogadas devidamente constituídas, a fim de evitar nulidades processuais;
- g) Requer, ainda, que todas as notificações, publicações/intimações, sejam realizadas em nome da atual advogada, **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974**, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados.

5

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Ij. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.
PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





Em tempo, declaro, para os devidos fins de direito, que todos os documentos anexos da presente peça processual são autênticos e conferem com os originais, o que faço sob minha responsabilidade.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Afogados da Ingazeira, 03 de Outubro de 2018.

CATARINA ARTHEMENS S. CARVALHO
OAB/PE 35.974

LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE
OAB/PE 36.119





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2016

Carta nº 9084027

a/c: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

Sinistro: 3150961444 ASL-0530988/15
Vitima: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA
Data Acidente: 15/08/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00013/00014 - carta_16





Tarifa Social de Energia Elétrica Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005543-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA NOSSA SRA APARECIDA 8

CPF 092 805 514-00 NIS 13345795624

BELA VISTA/CARLAIBA
CARNAÍBA PE
56820-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDIMENTO COM NIS
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSION
026546163	UNICA	08/08/2018
Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO	
06/08/2018	2016024926	6913139

CONTA CONTRATO	MES/ANO
7023399819	08/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PROXIMA LETURA
13/08/2018	04/09/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	50,70

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,18081989	5,72
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,32711981	22,89
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	9,0000000	0,46067972	4,41
Acrescimo Bandeira VERMELHA			3,26
Contribuição Iluminação Pública			11,42
PRÓ-CRIANÇA (061)3412-8380 0800 031 8389			3,00

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO, DESTA NOTA FISCAL						
IP DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	R'DE DIAS
3164589000	CAT	05-07-2018	2 164,00	08-08-2018	2 203,00	32
						1,0000
						108,00

RESUMO DE CONSUMOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Mês/Ano kWh	PCIBS	Base de Cálculo	%
AGO 18 108	PHS	36,28	1,36
JUL 18 94	COPINS	36,26	0,25
JUN 18 114			
MAY 18 124			
ABR 18 130			
MAR 18 120			
FEV 18 103			
JAN 18 102			
DEZ 17 127			
NOV 17 94			
OUT 17 84			
SET 17 92			
AGO 17 78			

TAXAS APLICADAS	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,17029560
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,30223900
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,45337900

RESERVAÇÃO AO FISCO
77CB E212 64C 5 CDD6 42E4 1148 26FD 2459

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Pagos no ponto mais perto de onde você mora, com o cartão de crédito ou dinheiro em espécie. O cliente é responsável por pagar a fatura no prazo de 10 dias após a data de vencimento. Caso não seja pago no prazo, a Companhia Energética de Pernambuco poderá suspender o fornecimento de energia elétrica. O cliente deve manter o endereço atualizado e avisar a Companhia Energética de Pernambuco caso haja mudança. O cliente deve manter o endereço atualizado e avisar a Companhia Energética de Pernambuco caso haja mudança. O cliente deve manter o endereço atualizado e avisar a Companhia Energética de Pernambuco caso haja mudança.

ATENÇÃO! CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO
Comunicamos a não pagamento das(s) conta(s) de energia elétrica(s).
Valor 12/07/18
Valor 08/08/18
Valor 40,84
Valor 14,00/18
Valor 09/07/18
Valor 32,75

Em caso de não pagamento de débitos, o fornecimento de energia elétrica será suspenso, bem como poderá ocorrer suspensão do registro de renovação de crédito no SPAC e CENSA, com consequente cancelamento da conexão elétrica. Este consumo não substitui o envio de cobranças anteriores, bem como não substitui as cobranças anteriores. Este consumo não substitui o envio de cobranças anteriores, bem como não substitui as cobranças anteriores.

COMPARAÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS					TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VAHGAÇÃO (V)		
	CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	220	202	231
100	AFICADOS DA INOAZERA	0,00	11,45	22,90	45,50			
100		0,00	7,74	15,48	30,96			
		0,00	6,28	0,00	0,00			

Limite DCRI 15,50
EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 15,59

MENSAL	
CONTA CONTRATO	MES/ANO
7023399819	08/2018

DATA DE VENCIMENTO 13/08/2018
TOTAL A PAGAR (R\$) 50,70

83840000000-6 50700011007-7 02339981910-9 12296321443-5



NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Afogados da Ingazeira, 26 de Setembro de 2018

À advogada

ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA- OAB/PE 26.467

Assunto: REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO

DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG sob o nº 8.035.574 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 092.805.514-00, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.800.00, visando resguardar seus direitos e prevenir responsabilidades, na melhor forma de direito, vem através desta, **notificar extrajudicialmente Vossa Senhoria**, dando-lhe conhecimento para que não alegue ignorância, de que **REVOGOU**, os poderes conferidos na procuração, com poderes específicos para prestar serviços jurídicos ao processo, sob tomo de nº 0045241-33.2018.8.17.2001- 1ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE, ficando a mesma sem nenhum efeito e eficácia.

Como é sabido, a NOTIFICANTE procurou a NOTIFICADA diversas vezes, e em diligências verificou que desde o ano de 2016 que o seu processo administrativo do DPVAT fora baixado por falta de diligência da NOTIFICADA, além do mais, distribuiu ação judicial, sem sua autorização e com procuração já vencida, na comarca do Recife, quando o ora notificante reside na comarca de Carnaíba-PE, por essas e outras mais, a fim de evitar uma representação junto à OAB, vem revogar todos os poderes, conforme acima indicado.

Por oportuno, a ora NOTIFICANTE deixa claro que todas as suas obrigações foram cumpridas perante o contrato de honorários advocatícios, restando cessadas todas as obrigações recíprocas a partir desta data.


DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 32300026 - AC AFOGADOS DA INGAZEIRA
AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE
CNPJ....: 34028316051441 Ins Est.: 001436007

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 27/09/2018 Hora.....: 15:18:44
Caixa.: 88438909 Matrícula.: 89291824
Lancamento.: 030 Atendimento: 00020
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1533826261

DESCRICAO	QTD.-	PRECO(R\$)
CARTA NAO CDML REGI	1	13,45+
Valor do Porte(R\$)...	1,95	
Cep Destino: 50610-120 (PE)		
Peso real (G).....	24	
OBJETO..: JT826353497BR		

REGISTRO A VISTA....: 5,75
AVISO DE RECEBIMENTO: 5,75

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

VALOR EM CARTAO DE CREDITO(R\$): 13,45
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 13,45

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01



JT826353497BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
02/10/2018 14:39 RECIFE / PE

02/10/2018 14:39 RECIFE / PE	Objeto entregue ao destinatário
02/10/2018 12:06 RECIFE / PE	Objeto saiu para entrega ao destinatário
27/09/2018 15:18 AFOGADOS DA INGAZEIRA / PE	Objeto postado após o horário limite da unidade Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil







PROCURAÇÃO *Ad Judicia et Extra*

OUTORGANTE(S)	DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA , brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 092.805.514-00, portador do RG sob o nº 8.035.574 SDS/PE, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 08, Bela Vista, Carnaíba/PE, CEP: 56.820-000.
OUTORGADA(S)	CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO , brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE 35.974 e CPF sob o nº 084.334.434-29 e LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE , brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 36.119 e CPF: 073.202.384-03, ambas com endereço profissional à Rua Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE, CEP: 56.780-000, e endereço eletrônico: catarina.arthemens@c-advogados.com.
Objeto	Proc. n: 0045241-33.2018.8.17.2001 – 1ª Cível da comarca do Recife-PE.
PODERES	Específicos da Cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA”, a quem confere amplos poderes para o Foro em geral, para propositura de demandas judiciais e/ou administrativas visando os interesses do outorgante, devendo ainda defendê-lo nas contrárias, seguindo umas as outras, e, podendo para tanto, recorrer a qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, agindo em conjunto ou separadamente, podendo assinar, discordar, concordar, transigir, substabelecer, desistir, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	O Outorgante vem, nos termos do art.98 e ss., do NCPC c/c a Lei 1.060, de 05/02/1950 e de acordo com a Lei nº 7.115, de 29.8.83 c/c art. 5º, XXXV, da CRFB/88, declarar ser hipossuficiente financeiramente, na forma da lei, motivo pelo qual requer a concessão do benefício da gratuidade da justiça para todos os fins de direito com isenção de quaisquer despesas provenientes deste processo.

Afogados da Ingazeira/PE, 26 de Setembro de 2018.

Damião Vieira de Souza

DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA



DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Assunto : Marcação de Perícia DPVAT

PROCESSO: 0045241-33.2018.8.17.2001

AUTOR: DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA

OYAMA ARRUDA FREI CANECA JUNIOR, CRM 11648, MÉDICO PERITO já qualificado no processo em epígrafe, vem requerer a notificação das partes para marcação da Perícia Médica a ser realizada na 1ª vara cível, no dia **20/11/2018 3ª FEIRA, POR ORDEM DE CHEGADA.**

Pede deferimento,

OYAMA ARRUDA FREI CANECA JR

MÉDICO PERITO

CRM 11648



EXMO. SENHOR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

Proc. 0045241-33.2018.8.17.2001

DAMIAO VIEIRA DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos como demandante, por meio de sua advogada legalmente constituída, infra-assinada, na ação que move em face da **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S.A** e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** vem, com muito respeito e acato a Vossa Excelência requerer:

A desistência da presente demanda, tendo em vista o não interesse do autor no prosseguimento do feito.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Recife/PE, 15 de outubro de 2018.

Roselane M. Barbosa
OAB/PE 26.467







MM. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL-PE

Proc.: 0045241-33.2018.8.17.2001

DAMIAO VIEIRA DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio de sua advogada, *in fine* firmada, perante V.Exa. **CHAMAR O FEITO À ORDEM e expor** e requerer o que segue:

A causídica (**já desconstituída**), depois que fora notificada da revogação dos poderes a ela outorgados pelo Autor, no instrumento procuratório, ardilosamente, requereu a desistência do presente feito para prejudicar **ainda mais** o demandante, não medindo as consequências de sofrer qualquer representação contra a Ilustríssima Senhora Advogada junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

Vale salientar que apesar de ter acostado aos autos petição requerendo a desistência, pelo Autor, a referida advogada não possui mais poderes para representá-lo (já foi comprovado nestes autos que ela fora notificada da revogação de poderes). **Nesta oportunidade, requer a a juntada do comprovante da notificação (Aviso de Recebimento) de revogação de poderes entregue (pelos correios) à advogada, Roselane Maria Barbosa da Silva.**



Vale ressaltar que o perito nomeado já determinou data da perícia médica para esta cidade do Recife, no dia 20/11/2018, no entanto, conforme peticionado (ID 36235126), no entanto, conforme demonstrado, o Autor reside na cidade de Carnaíba-PE e não possui nem mesmo condições de pagar o transporte para a comarca do Recife-PE.

Dessa forma, vem o autor somente reiterar os termos da petição (ID 36235126), enfatizando o fato de que **POSSUI INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO e REQUER QUE A ADVOGADA SEJA DESCADASTRADA DO PRESENTE PROCESSO.**

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Afogados da Ingazeira, 22 de Outubro Outubro de 2018.

CATARINA ARTHEMENS S. CARVALHO

OAB/PE 35.974

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | Tv. Felicidade Ana de Jesus, s/n, Lj. 04, Centro, Carnaíba-PE, CEP: 56.820-000 | R. Raul Pereira Amorim, nº 58, Centro, Tabira-PE.

PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA DEMÓCRITO DE SOUZA FILHO, Nº 335, MADALENA

CEP / CODE POSTAL

50.610-120

CIDADE / LOCALITÉ

RECIFE

UF

PE

PAÍS / PAYS

BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Not. Extrajudicial - Revogação de Poderes
Damião Vieira de Souza

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Janaína Siro

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

02/10/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

02 OUT 2018

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

4227915-2

RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR
SIGNATURE DE L'AGENT

Dr. José Alves Soriano
Carteiro
Mat 85052671

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC04R3 / 16

114 x 188 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS)

JT 82635349 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVR

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DAMIÃO VIEIRA DE SOUZA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RUA BARÃO DE LUCENA, Nº 106, CENTRO, 8º AND

CIDADE / LOCALITÉ

AFOGADOS DA INGAZEIRA

UF

Pe

5 6 8 0 0 - 0 0 0

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, não obstante a petição de ID 36388208, não foi possível intimar em tempo hábil as partes para comparecimento à perícia designada. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de novembro de 2018.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 1ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810390

Processo nº **0045241-33.2018.8.17.2001**

AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DESPACHO

Inicialmente, proceda a Diretoria Cível à alteração no cadastro do patrono da autora, conforme petição de id. 36959605.

Compulsando os autos, verifico que se faz necessária a realização de perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora, ficando nomeado, para tanto, o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648.

Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Líder, mediante depósito judicial, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE.

Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, no dia 12/03/2019, pelas 13hs30, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte.

Intimações necessárias, inclusive da seguradora ré.

RECIFE, 29 de janeiro de 2019

Rogério Lins e Silva

Juiz(a) de Direito em exercício





MM. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL-PE

Proc.: 0045241-33.2018.8.17.2001

DAMIAO VIEIRA DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio de sua advogada, *in fine* firmada, perante V.Exa. **CHAMAR O FEITO À ORDEMe expor** e requerer o que segue:

I. DA HABILITAÇÃO DE NOVAS ADVOGADAS. DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O Autor chama a atenção para a petição - ID 36235126 e ID 36959717 – já protocolada, na qual constituiu e habilitou novas advogadas, desconstituindo a Dra. Roselane Maria Barbosa da Silva.

Requer, desde já, que todas as intimações e publicações sejam realizadas no nome da advogada, **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO-OAB/PE 35.974**, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados.



A causídica (**já desconstituída**), depois que fora notificada da revogação dos poderes a ela outorgados pelo Autor, no instrumento procuratório, ardilosamente, requereu a desistência do presente feito para prejudicar o demandante., não medindo as consequências de sofrer qualquer representação contra a Ilustríssima Senhora Advogada junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

Vale salientar que apesar de ter acostado aos autos petição requerendo a desistência – ID 36621147, pelo Autor, a referida advogada não possui mais poderes para representar o Autor.

Dessa forma, vem o autor somente reiterar os termos da petição (ID 36235126), enfatizando o fato de que **POSSUI INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO e REQUER QUE A ADVOGADA SEJA DESCADASTRADA DO PRESENTE PROCESSO.**

II. DO IMPEDIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL NA CAPITAL. REQUERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA CUMPRIMENTO DO ATO. ACESSO À JUSTIÇA

Conforme explicitado em petições anteriores, o Autor protocolou a presente demanda nesta comarca, através da causídica anterior, que o fez sem sua autorização, quando se deveria ter distribuído na comarca da cidade de residência do mesmo (Carnaíba-PE).

O Autor possui interesse no feito, porém não tem condições financeiras de se deslocar até a capital do estado para a realização da perícia já determinada.

Dessa forma, requer que **seja expedida carta precatória para a comarca de Carnaíba-PE para o cumprimento do ato, qual seja, realização de perícia médica com especialidade em ortopedia.**



III. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer que V. Exa. se digne a:

- a) **Requer a habilitação das advogadas – CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO – OAB/PE 35.974 e LUANA CECÍLIA SANTOS ANDRADE – OAB/PE 36.119, conforme instrumento procuratório acostado aos autos (ID 36235732);**
- b) **Requer que toda e qualquer publicação seja realizada em nome das advogadas acima indicadas, sob pena de nulidade dos atos processuais já praticados;**
- c) **Quer que a causídica, Dra. Roselane Maria Barbosa da Silva, por não ter mais poderes para representar o Autor, seja desabilitada do presente processo;**
- d) **Requer que a perícia médica judicial seja realizada na comarca de Carnaíba-PE (local de residência do autor), devendo ser expedida carta precatória para o cumprimento do ato.**

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Afogados da Ingazeira, 31 de Janeiro de 2019.

CATARINA ARTHEMENS S. CARVALHO



OAB/PE 35.974





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO HABILITAÇÃO ADVOGADO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) patrono(a)(s) **CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO - OAB PE35974 - CPF: 084.334.434-29** da parte autora.

RECIFE, 1 de fevereiro de 2019.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, em face da petição de ID 40620019, deixo de cumprir o despacho de ID 40503713 e faço os autos conclusos, para apreciação daquele pedido. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 4 de fevereiro de 2019.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau





MM. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL-PE

Proc.: 0045241-33.2018.8.17.2001

DAMIAO VIEIRA DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, através de sua advogada, *in fine* firmada, vem perante V.Exa. expor e requerer o que segue:

O autor vem informar que concorda que a perícia seja realizada nesta capital, jpa que o processo fora distribuído, pela primeira advogada, nesta comarca (mesmo sem o seu consentimento).

Como dito, o Autor é agricultor mas está a começar a juntar dinheiro para pagar a passagem de ida e volta da cidade de Carnaíba (cidade onde reside) à Capital, em virtude do princípio da celeridade processual.

Por esse modo, uma vez que não fora realizada perícia médica judicial vem requerer ao douto juízo que seja determinada a realização de perícia médica judicial na área de ORTOPEdia, nesta comarca do Recife-PE.



Nestes Termos,

Pede deferimento.

Afogados da Ingazeira, 12 de Julho de 2019.

CATARINA ARTHEMENS SIQUEIRA CARVALHO

OAB/PE 35.974

R. Barão de Lucena, nº 106, 1º andar, sala 01, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, CEP: 56.800-000 | Rua Vitorino Gaudêncio da Silva, s/n, Brotas, Afogados da Ingazeira-PE | PABX: (87) 3211.3041 | @lc.advogados | catarina.arthemens@c-advogados.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 1ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810390

Processo nº **0045241-33.2018.8.17.2001**

AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Compulsando os autos, verifico que se faz necessária a realização de perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora, ficando nomeado, para tanto, o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648.

Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Líder, mediante depósito judicial a ser efetivado após a realização da perícia médica, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE.

Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, no dia **12/09/2019**, pelas **13hs30**, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte.

Intimações necessárias.

RECIFE, 13 de agosto de 2019

Rogério Lins e Silva

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 1ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 49185743, conforme segue transcrito abaixo:

"Compulsando os autos, verifico que se faz necessária a realização de perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora, ficando nomeado, para tanto, o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648. Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Líder, mediante depósito judicial a ser efetivado após a realização da perícia médica, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE. Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, no dia 12/09/2019, pelas 13hs30, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte. Intimações necessárias. RECIFE, 13 de agosto de 2019 Rogério Lins e Silva Juiz(a) de Direito"

RECIFE, 19 de agosto de 2019.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 1ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045241-33.2018.8.17.2001
AUTOR: DAMIAO VIEIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PERITO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 1ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Despacho de ID 49185743 , conforme segue transcrito abaixo:

*"Compulsando os autos, verifico que se faz necessária a realização de perícia para aferir o grau de debilidade da parte autora, **ficando nomeado, para tanto, o perito Dr. Oyama Arruda Jr., CRM-PE 11.648.** Os honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), deverão ser suportados pela Seguradora Líder, mediante depósito judicial a ser efetivado após a **realização da perícia médica**, conforme convênio 014/2017, firmado entre aquela e o TJPE. Para a realização da perícia, a parte autora deverá comparecer, munida dos documentos pertinentes e exames já realizados, no dia **12/09/2019, pelas 13hs30**, a esta Vara Cível, localizada no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), 3º andar, ala norte. Intimações necessárias. RECIFE, 13 de agosto de 2019 Rogério Lins e Silva Juiz(a) de Direito"*

RECIFE, 19 de agosto de 2019.

FERNANDA CARVALHO DE ALENCAR
Diretoria Cível do 1º Grau

